



NAS IMAGENS DO SUJEITO IMIGRANTE ITALIANO DA QUARTA COLÔNIA: A POSIÇÃO SUJEITO-POLÍTICO

Viviane Teresinha Biacchi Brust¹

O estudo que ora apresentamos parte de um recorte de nosso trabalho de dissertação de mestrado intitulado *O efeito “chapéu de Clementis”: imagens do sujeito imigrante italiano*. Nele, tendo como aporte teórico a Análise de Discurso de fundação francesa, pensamos a memória da Imigração Italiana na Quarta Colônia, a partir de discursos constituídos de outra materialidade discursiva, a saber, monumentos, em homenagem a esse imigrante italiano. Analisamos que, em decorrência das condições de produção específicas, considerando, ainda, as noções de memória, história e ideologia, no confronto entre o simbólico e o político, distintas foram suas tomadas de posição sujeito.

Embora tenhamos desenvolvido três tomadas de posição sujeito, a saber, sujeito-utopia, sujeito-clivagem e sujeito-político, é a essa última que aqui nos reportamos. Recuperando o que pensamos, temos a posição-sujeito do imigrante italiano situada nas primeiras décadas, quando este era movido pela utopia, pelo sonho de encontrar a Terra Prometida, o seu Eldorado, o seu lugar ideal, denominada, então, posição sujeito utopia; num segundo movimento, quando esse sujeito marcado pela utopia cede lugar para o sujeito que a perde, apaga, que dela se distancia em função do medo e do funcionamento do poder opressor do Estado que o havia recebido muito bem, mas que depois impõe políticas linguísticas que executam políticas de línguas, as quais interditam a língua que constitui o imigrante e, conseqüentemente, interditam também o seu direito à subjetivação, o seu “direito à metáfora”, denominamos sujeito-clivagem, quando este sujeito é chamado a se posicionar diante de um estado nacional, e o faz, quer pelo silêncio, quer pela resistência, quer pela adaptação, na e pela língua. No terceiro movimento, a posição-sujeito do imigrante italiano é por nós denominada de sujeito-político, pois é o sujeito que negocia para poder continuar e que continua, estabelecendo, com o Estado - que passa a (re)conhecê-lo como cidadão -, um acordo envolto na noção de pertencer. Essa questão, paradoxalmente, mostra ao sujeito a sua incompletude diante da língua e do simbólico: quando dentro, diferente do seu igual; quando fora, identificado como tal. Nessas condições, quando “o atlas já não desenha os mesmos mapas” (SERRES, 1994, p. 199), cabe a reflexão que se ancora na relação passado/presente, a qual remete também à relação memória/história:

Enquanto se tratava de definir tais raridades, foi, infelizmente, lógico desenhar fronteiras, limites, definições de espaços, de exclusões e de pertenças, linhas de

¹ Doutoranda em Letras – Estudos Linguísticos – UFSM. E-mail: vivibrust@hotmail.com

equilíbrio entre vários teres e poderes, localizados com a mais exacta precisão. Mas quando a informação e o saber constituem as concentrações difusas mais decisivas, nessa altura, isto é, actualmente, o escândalo humano seria, precisamente, a manutenção da desigualdade, injustificável por qualquer princípio. Já não funcionam a mesma lógica, nem a mesma estática no intercâmbio, nem os mesmos equilíbrios, nem a mesma física, nem as mesmas leis sociais e humanas (Id.Ibid.).

Fundamentalmente, a presença/ausência dos monumentos que materializam/tocam (n)os conceitos de língua, história, memória, território e património. E, ainda, permeando, constituindo e, quem sabe, amalgamando toda essa questão, os movimentos de construção, desconstrução, destruição e reconstrução desses monumentos.

A partir do esquecimento número um, dos postulados pechetianos, selecionamos como sendo político aquele que é *diplomático*, que possa ser “hábil para negociar e lidar com opiniões divergentes²”. A fim de dar conta desta posição-sujeito, voltamos à questão de que, em palavras de Orlandi (2007), o sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e, determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se, o faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, a partir do qual significa a sua interpelação pela ideologia.

O político, para quem trabalha com a linguagem, segundo a autora,

[...] está no fato de que os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora “pareçam” os mesmos. E esta partição tem a ver com o fato de que vivemos numa sociedade dividida. Uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam estas divisões, em relações dissimétricas, irreversíveis como tal. Os sujeitos, uma vez que passam por processos de individua(liza)ção, ocuparão enquanto indivíduos sua posição na sociedade, estabelecendo seus laços sociais. São eles também sujeitos divididos em seus processos de individua(liza)ção (ORLANDI, 2011, p. 6). [grifos da autora]

Mas que sociedade dividida é essa? Como pode estar se dando essa divisão? Serres (1994, p. 126) afirma que construímos um mundo, o próprio universo, e, por conseguinte, a humanidade, através de conexões múltiplas. Porém, pergunta: “Quem regerá o novo universo? A própria rede? Que ilha única, na rede?” (Ibid., p. 149). Diante de tais questionamentos, apresenta-nos sugestões de respostas. Refere que, enquanto prática das acumulações atualizadas, o capital não se arrisca a não se recuperar de ataques possíveis. Pode, outrossim, reforçar-se, tornando-se ele mesmo virtual ao apropriar-se do espaço, do tempo, das coisas, dos homens e da história futura. Pensamos, a partir dessas considerações, que a *língua de um Mestre que não ousa dizer seu nome* quer dizer o que quer e quer dizê-lo mais alto, pois são novas as formas de assujeitamento.

Para Schaller (2002, p. 149), a questão é saber se a principal questão do século XXI seria – ou não – a convivência entre iguais e diferentes, já que a globalização produz o “efeito de sentido” - tal como dizemos em Análise de Discurso - de que somos todos unidos, muito embora o termo trate de mercados de consumo e de informação. No entanto, refere o autor, não estamos nos reaproximando do Outro, quando, então, alguns buscam refúgio na própria identidade, recorrendo à defesa de uma comunidade homogênea que vai produzir, exatamente, a rejeição de qualquer Outro.

² Segundo o Dicionário **Caldas Aulete**, versão on-line. (Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br>>. Acesso em: mai. 2012).



A questão seria então combinar uma participação notadamente científica e técnica com a possibilidade de afirmar herança cultural e história pessoal, da seguinte forma:

Essa produção de si não pode realizar-se no isolamento ou no afastamento, deve, porém, ser construída, defrontando-se, ao mesmo tempo, com a dominação do mundo dos mercados e com as falsas promessas comunitárias; reconhecendo ao Outro, assim como a si mesmo, o direito de ser Sujeito e pondo a democracia a serviço da liberdade criativa de cada um e da construção de uma solidariedade coletiva (SCHALLER, 2002, p. 149).

Diante da análise que Schaller faz da transformação das realidades sociais nos últimos 50 anos, podemos assim dizer: antes, a própria organização do Estado se dava na estrutura das relações de classe, no sistema de instituições e no empreendimento da cultura; hoje, a desarticulação das relações de produção e de reprodução gera novas desigualdades e novas formas de dominação que deslocam as linhas de clivagem. Isso faz com que, na contemporaneidade, estejamos, antes, engajados em uma luta por lugares - o que suscita tensões, mobilizações e alianças móveis - do que mobilizados pelo desejo de "ascensão social". Schaller questiona, então, em que tipo de sociedade queremos viver. Ao citar Alain Touraine (1997), afirma que, hoje, substituímos a visão vertical (piramidal) por uma visão horizontal e o que se quer, nesta sociedade que se caracteriza por ser segregativa, é estar dentro, é pertencer a ela. "Para ser reconhecido é preciso estabelecer o seu lugar, é preciso tornar-se o vendedor da própria vida" (SCHALLER, 2002, p. 151). A práxis, em relação aos "excluídos" - e colocaríamos aqui o sujeito imigrante italiano -, seria, então, o engajamento em uma dinâmica de reinscrição da pessoa nas relações sociais. No processo de integração social, "a diferença, ao invés de ser negada, é considerada parte integrante do funcionamento social e deve ser integrada ao conjunto das condutas que definem o campo das relações sociais" (Ibid., p. 153). Com isso, nos deparamos com o funcionamento do político no processo de naturalização da presença do outro, do imigrante italiano (de quem quase tudo foi usurpado), possibilitando a ele um lugar bem delimitado: aquele de quem trabalha, produz, gera riqueza para o Estado/nação e que tem dia/hora/local (Associação Italiana, festas típicas) para manifestar os resquícios da cultura dos seus antepassados, promovendo/reforçando o apagamento da violência sofrida na ditadura.

Para isso, Schaller ancora-se na noção de democracia a partir da tipologia proposta por Dubet (1994), a saber: de ordem contratual, de ordem representativa e de ordem universalista, concepções essas que devem ser articuladas pelo trabalho de um sistema político democrático, retendo-se disso que "uma democracia não é simples participação política. Ela não é tolerância pura, nem a afirmação de uma cidadania separada das relações sociais desiguais da sociedade. A democracia é a política do sujeito" (SCHALLER, 2002, p. 154).

Dada essa concepção de democracia, tempo e lugar onde está inserido o nosso sujeito político, podemos ampliar a reflexão reiterando que "a democracia é a política do sujeito político": embora consideremos, inicialmente, como refere Serres (1994), que o homem não é um animal político porque tem em si a necessidade de não ter uma vida inteiramente pública, o que demanda

privacidade, singularidade diante do coletivo, principalmente nestes tempos de sociedade em rede, há um outro político que aí se manifesta, que é o lugar que toma diante dessa forma de assujeitamento: a de não querer pertencer, dessa/nessa forma, porque lhe toma outra formação ideológica e, portanto, também discursiva, dentro da qual se inscreve desta ou daquela maneira. Também, como sujeito, o que por si só já pressupõe o político, de modo que a repetição seria produzida somente como um efeito, para reforçar o já dito e, quem sabe, reiterar o sentido de que é sujeito político porque negocia, gere, gesta o seu lugar social.

Do sujeito clivagem, quando se trabalhava “a sociedade como uma totalidade” e, posteriormente, constatou-se que a bela unidade dessa análise estava fendida, Schaller (2002, p. 149) sugere ter emergido o sujeito-político, até porque este tem a necessidade de se adaptar a outras e novas desigualdades, bem como a outras formas de dominação.

Hoje, segundo Orlandi (2012, p. 47), a empreitada da Análise de Discurso é compreender as novas formas de assujeitamento (Ibid.), em consonância à proposta de Pêcheux de tratar da questão discursiva, de um lado, pela conjuntura histórica e, de outro, pelos modos de assujeitamento, os quais envolvem processos discursivos instalados historicamente na contemporaneidade, a exemplo dos já oportunamente citados na parte I deste trabalho– a mundialização, as novas tecnologias da linguagem, a mídia tal como ela se apresenta hoje, as guerras ideológicas contundentes, as formas sociais, o ecologismo, a xenofobia, o racismo, a resignificação do Estado com o Mercado, a reorganização de uma direita letal. Ao analista de discurso, em seu gesto de interpretação, é preciso ver a língua como o real específico do desdobramento das discursividades, “observando as condições de existência dos objetos em uma conjuntura histórica e lembrar que os objetos a saber se constroem em processos discursivos. Pensar as discursividades em suas diferentes materialidades que se desdobram em um espaço contraditório, fazendo-se unidades de análise” (ORLANDI, 2012, p. 49).

É exatamente ao tratarmos sobre novas necessidades do sujeito e, sobretudo, ao tratarmos de um espaço de contradições que nos remetemos, novamente, ao espaço empírico que nos fornece elementos para o espaço teórico, qual seja, o da Quarta Colônia de imigração italiana. Ao lado de discursos em outras e novas materialidades significativas neste século XXI, continuamos a nos deter nas materialidades mesmas dos monumentos do início do século XX, porém, reeditadas, reconstruídas, expostas a resignificações. Não, os sentidos não são os mesmos, embora pareçam sê-lo. De acordo com Orlandi (2007, p. 15), estamos na era pós-industrial e, hoje, uma análise em termos de classes não permite mais dar conta, por si só, da organização da sociedade e seus conflitos:

Com efeito, a desarticulação das relações de produção e de reprodução gera novas desigualdades e novas formas de dominação que deslocam as linhas de clivagem. A “lutte de classes” (a luta de classes) dá lugar à “lutte de places” (a luta por lugares). Processo ligado a um processo profundo de des-institucionalização. E ao desenvolvimento de uma “cultura heróica do sujeito” que remete cada um à construção e à responsabilidade de seu próprio destino (Id.Ibid.). [grifos da autora]



Além disso, “é o mundo das redes mais do que territórios: redes de transporte, de mercadorias, de matérias primas e de energia; de telecomunicações, relacionais. [...] As centralidades se reforçam em detrimento dos territórios e das populações” (ORLANDI, 2011, p. 6). Além disso, sublinhamos, “a mundialização reforça as desigualdades, tanto no plano espacial como no social” e, principalmente: “Há reafirmação das identidades locais, reativação do comunitarismo, fragmentação do mundo” (Id.Ibid.).

Sim, podemos pensar com “a categoria de imaginário enquanto prática da relação do simbólico com o político” (ORLANDI, 2011, p. 7). Se antes tínhamos claramente que “esse sujeito não pode resistir à língua sem ser marginalizado ao cair fora da norma” (Id., 2007, p. 14-15) e que esse sujeito, o sujeito imigrante italiano, precisava da língua de sua nova nação para pertencer e “ser”, quando se tentava apagar a sua memória da e pela língua, hoje o discurso do historiador dá conta, entre outras questões, de que há comemorações festivas para o centenário da imigração; os “dialetos” vênets, outrora tão humilhantes e humilhados passaram a ter respeito e valor, passaram a objeto de estudos linguísticos, antropológicos e sociológicos; voltou à página dos jornais, editoras publicaram livros bilíngues; centenas de gravadores saíram a campo; velhas cartas, roídas e amarelecidas foram também recuperadas (SANTIN, 1986, p. 19).

Que outro tempo é esse? Os dialetos ganham seu espaço e marcam a identidade desse sujeito, o qual também pode dizer-se em sua pluralidade; a língua portuguesa é a língua da pertença, assim como os monumentos/Monumentos também o são. Alguns monumentos/Monumentos foram reconstruídos: aquele que outrora havia sido erguido para homenagear o imigrante italiano e, ao mesmo tempo, cumprir a função social de fazer chegar água aos passantes, ganha uma nova construção e um novo lugar. Por que a posição-sujeito do imigrante italiano que aí vemos é a do sujeito-político? Primeiro, porque ele aceita e ‘vai’ em praça pública, territorializando espaços; segundo, porque lemos nesse sujeito imigrante que ele não é mais um estrangeiro: ele fez uma troca - aprendeu/apreendeu a língua portuguesa em troca da cidadania brasileira.

O sujeito-político se constitui entre a história e a memória, ele negocia sentidos com o Estado-nação que é seu e que não o é, ao mesmo tempo. É nesse espaço de negociação entre a resistência e a pertença, entre o ser igual e ser também diferente, que ele encontra um lugar para existir, para subjetivar-se.

No processo de integração social, “a diferença, ao invés de ser negada, é considerada parte integrante do funcionamento social e deve ser integrada ao conjunto das condutas que definem o campo das relações sociais” (Ibid., p. 153). Por que, então, a posição-sujeito do imigrante italiano que aí vemos é a do sujeito-político? Primeiro, porque ele aceita e vai em praça pública, territorializando espaços; segundo, porque lemos, nesse sujeito imigrante, que ele não é mais um estrangeiro: ele fez uma troca - aprendeu/apreendeu a língua (portuguesa) em troca da cidadania brasileira e também acorda, gere, gesta o seu lugar social. Em nossas reflexões, essa é uma realidade que traz, de um sujeito, seu passado. E que diz, desse mesmo sujeito, seu presente: constituir-se na/pela história, na/pela língua, em polissêmicos discursos, discursivizando sentidos, quaisquer que sejam as



materialidades. O sujeito-político se constitui entre a história e a memória, ele negocia sentidos com o Estado-nação que é seu e que não o é ao mesmo tempo. É nesse espaço de negociação, entre a resistência e a pertença, entre o ser igual e ser também diferente, que ele encontra um lugar para existir, para subjetivar-se, pelo sujeito-utopia no sujeito-clivagem; pelo político na política do sujeito-político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE, Caldas. *Dicionário on-line*. Disponível em: <<http://www.auletedigital.com.br>>. Acesso em: mai.2012.

COURTINE, J-J. O chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Traduzido por M. R. Rodrigues. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, C. L (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

ORLANDI, Eni P. *Discursos em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. Prefácio. In: _____. (org.). *Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no sul de Minas*. Campinas, SP: RG, 2011.

_____. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: FERREIRA, Maria C. L.; INDURSKY, Freda (Orgs.). *Análise de discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

SANTIN, Silvino. *A imigração esquecida*. Porto Alegre, RS: EST; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1986.

SCHALLER, Jean-Jacques. *Construir um viver junto na democracia renovada*. Educação e pesquisa. São Paulo, v. 28, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2002.

SERRES, Michel. *Atlas*. Traduzido por J. Paz. Portugal: Instituto Piaget, 1994.